

política



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Liberdade, limites e responsabilidade



O debate sobre o fim do inquérito das fake news reacende a discussão sobre o papel da imprensa e os riscos das redes sociais para a democracia. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin (foto), promove um dos debates mais sensíveis da atualidade ao defender o encerramento do inquérito das fake news, aberto há sete anos. Em declarações na última semana, Fachin afirmou que mantém conversas com o ministro Alexandre de Moraes, e que espera uma conclusão “em prazo razoável”.

Liberdade de expressão e de imprensa

A sinalização, no entanto, vai além de um movimento jurídico. Ela toca diretamente em um dos pilares da democracia: o equilíbrio entre liberdade de expressão, liberdade de imprensa e responsabilidade na circulação de informações.

Proteção institucional e risco de excessos

Fachin reconheceu que o inquérito cumpriu papel relevante ao proteger prerrogativas do STF diante de ataques e campanhas de desinformação. Ao mesmo tempo, trouxe uma reflexão contundente: “todo remédio pode se transformar em veneno”. A frase sintetiza o dilema. O instrumento que nasceu como resposta a ameaças institucionais, passou a ser alvo de críticas por possíveis excessos, sobretudo no que diz respeito à liberdade de expressão e ao alcance das decisões judiciais.

Contra redes de desinformação

Nesse contexto, o protagonismo de Alexandre de Moraes no inquérito consolidou uma atuação firme contra redes de desinformação, mas também intensificou o debate sobre os limites dessa atuação.

Imprensa profissional versus redes sociais

O avanço das redes sociais embaralhou fronteiras históricas. Hoje, qualquer usuário pode produzir e disseminar conteúdo com alcance massivo, sem os filtros tradicionais do Jornalismo. A diferença central está no método.

Responsabilidade editorial

A imprensa profissional opera sob critérios claros: apuração rigorosa, checagem de fontes, direito de resposta e responsabilidade editorial. Já nas redes, a lógica é outra: velocidade, engajamento e, muitas vezes, ausência de verificação. O resultado é um ambiente propício à desinformação, em que conteúdos falsos circulam com aparência de verdade e, em muitos casos, com impacto político direto. Não por acaso, o inquérito das fake news surgiu nesse contexto.

O posicionamento das entidades

Entidades como a Associação Brasileira de Imprensa, a Associação Nacional de Jornais, a Federação Nacional dos Jornalistas e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo têm defendido, de forma geral, dois pontos centrais: combate firme à desinformação organizada e preservação absoluta da liberdade de imprensa.

Jornalismo profissional

O consenso entre essas instituições é que qualquer medida de controle não pode atingir o exercício do Jornalismo profissional, sob risco de enfraquecer a própria democracia que se pretende proteger.

Ameaça permanente

O presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Marcelo Rech, resume bem o significado do que disse Edson Fachin. “A manifestação do ministro Fachin é muito bem-vinda, porque o inquérito das fake news é uma permanente ameaça à liberdade de expressão.”

Guerra no Irã já causa

Entrevista Especial

Bolívar Cavalari
bolivarc@jcrs.com.br

Os impactos da guerra travada por Estados Unidos e Israel contra o Irã não se restringem às fronteiras desses países; eles reverberam por todo o globo. Com a escalada do conflito no Oriente Médio e a partir do fechamento seletivo, por parte dos iranianos, do Estreito de Ormuz - canal pelo qual atravessa boa parte do petróleo mundial -, a economia já vê o preço do barril de petróleo superar os US\$ 100. Para o professor e pesquisador de Relações Internacionais Ricardo Leães, o risco de recessão global já é real.

Além disso, Leães avalia que, até o momento, é o Irã quem está vencendo a guerra. Esta avaliação se afasta do senso comum de analisar o vitorioso por conta da destruição e das baixas de seu adversário, pois leva em conta a proximidade que cada um dos oponentes estaria de alcançar os seus objetivos estratégicos. E, neste sentido, para o pesquisador, o país persa tem conseguido feitos mais relevantes que EUA e Israel.

Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, Leães trata tanto da guerra em si quanto dos seus impactos econômicos a nível global e no Brasil. Ele destaca que, com o fechamento do Estreito de Ormuz, não é apenas a cadeia de petróleo que será impactada. O conflito pode impactar os insumos agrícolas e, por consequência, as safras brasileiras e de outros países.

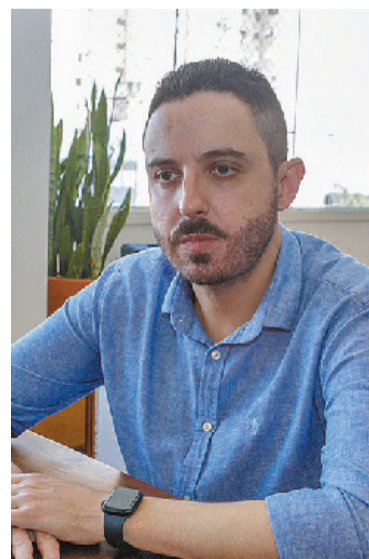
Quanto aos combustíveis, o pesquisador avalia que foi um erro estratégico as privatizações promovidas tanto de refinarias da Petrobras quanto da BR Distribuidora. Leães sustenta essa opinião pelo fato de que se a empresa brasileira recuperasse o seu monopólio sobre os combustíveis no País, ela poderia pressionar o mercado a baixar os preços e evitar a escalada dos custos no diesel, na gasolina e até nos alimentos, pois a questão de abastecimento atinge toda a cadeia logística do Brasil, que é, em grande parte, rodoviária.

Jornal do Comércio - Como avalia a situação da guerra no Irã?

Ricardo Leães - Já passadas agora quatro semanas do início dessa guerra, praticamente um

mês, me parece bem claro que até o momento o Irã está vencendo essa guerra. E eu digo isso por uma razão muito simples. É muito normal que as pessoas associem a vitória numa guerra à destruição, à devastação que um país faz no outro. Mas a guerra é a continuação da política por outros meios, então a gente avalia o vencedor de uma guerra pelo país que tem condições de realizar os seus objetivos estratégicos. E nesse sentido, o que a gente observa, então, é quais são os objetivos estratégicos de cada um desses lados para poder ver quem é que está ganhando. E aí a gente vê que os EUA estão muito confusos, porque às vezes eles falam que o objetivo era impedir que o Irã tenha uma bomba nuclear, em outros momentos eles falam de promover uma mudança de governo, em outros momentos eles falam de destruir as capacidades iranianas de produzir mísseis e drones, e às vezes falam em reabrir o Estreito de Ormuz. Todos os dias vêm informações desencontradas. Então nem os EUA sabem direito quais são os seus objetivos estratégicos. Já do ponto de vista de Israel, há um objetivo estratégico claro, que é acabar com as condições que o Irã tem de atacar Israel. O que Israel pretende contra o Irã é o mesmo que aconteceu com a Líbia, com o Iraque, com a Síria, que um dia foram países que tinham capacidades convencionais que poderiam utilizar contra Israel e hoje em dia não têm a mesma condição. Esse seria o objetivo final de Israel nesta guerra e, ao que tudo indica, não é o que está acontecendo. O Irã segue realizando ataques, sua capacidade de produzir e lançar mísseis e drones está intacta.

JC - E quais os objetivos estratégicos do Irã?



Leães - Por outro lado, os interesses estratégicos do Irã são dois. Primeiro, expulsar a coalizão inimiga, por óbvio, mas eles querem também uma mudança mais profunda e mais difícil, que é tentar, de alguma forma, destruir os fundamentos da hegemonia dos EUA na região do Oriente Médio. Então, as bases militares dos EUA, o poderio econômico dos EUA na região, o fato de que o petróleo que circula na região é comercializado em dólar - esse é um objetivo mais difícil. Mas, de qualquer modo, quando a gente olha os objetivos de cada um, a gente vê que quem está mais perto de atingir esses objetivos são os iranianos.

JC - O senhor citou outros conflitos travados por Israel, como Iraque, Líbia e Síria. Qual a diferença entre o Irã e esses outros países?

Leães - Primeiro, o Irã é um país maior. Primeira questão, e isso é importante. É um país muito montanhoso, é um território difícil de invadir. O Irã é um país que é uma civilização. O Irã é herdeiro do Império Persa, que é um império milenar, e a população iraniana é muito orgulhosa do seu passado, da sua história, o que inclui, inclusive, pessoas que não gostam do governo. A pessoa pode detestar o governo, mas ela gosta do seu país. Eu cheguei a ver até alguns iranianos dizendo assim: ‘é nossa obrigação derrubar o nosso governo, e não são vocês (EUA e Israel) que têm que fazer isso’. E, é claro, o Irã passou por uma revolução em 1979, e essa revolução surgiu de uma oposição aos EUA. Logo nos primeiros anos da revolução, acho que até no primeiro ou no segundo ano, perguntaram para o Aiatolá Khomeini, que foi o líder daquela revolução, qual era a grande diferença do Irã

“O risco é de um impacto econômico muito negativo, à medida que as coisas vão se acentuando”